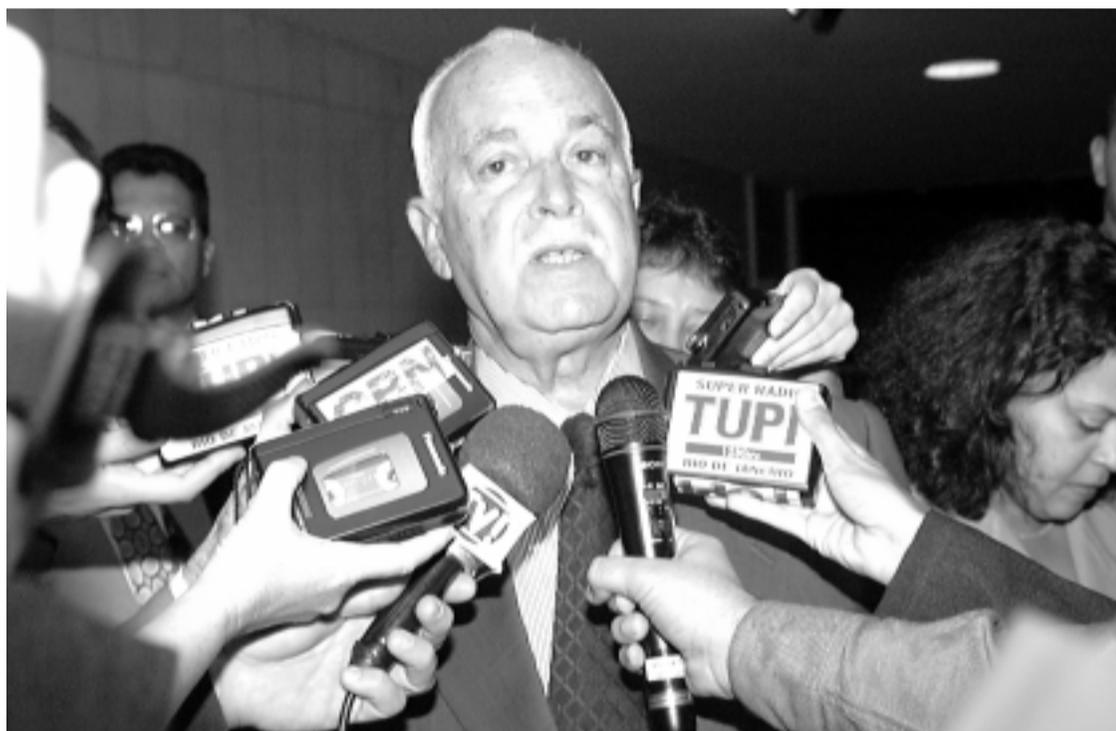


ACM acredita que decisão final do Supremo fortalecerá as CPIs

O senador Antonio Carlos Magalhães baseia a sua confiança nas negociações em andamento, que, segundo ele acrescentou, permitem antever um “novo entendimento” entre o Senado e o Supremo Tribunal Federal



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou “natural” o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter negado os recursos propostos contra liminares concedidas em favor de pessoas investigadas pela CPI dos Bancos. Ele explicou que isto ocorreu em razão do mecanismo escolhido para recorrer ao STF. “É tradicional a não aceitação de agravos pela

instituição”, afirmou.

Antonio Carlos disse que, até o próximo mês, o STF decidirá a questão levando em conta “novos argumentos”, que possibilitarão fortalecer as comissões de inquérito em funcionamento no Senado. Ele considerou “muito bom” o encontro, realizado até a madrugada de ontem, com os presidentes da República e do Supremo.

PÁGINA 2

Em entrevista dada ontem, Antonio Carlos afirmou que eventuais mudanças no ministério, se acontecerem, serão feitas “de acordo com o desejo” do presidente Fernando Henrique Cardoso

Liminares serão revistas, prevê José Roberto Arruda



“Os requerimentos de quebra de sigilo não continham nada daquilo que a CPI descobriu”, admitiu Arruda

Ao examinar os fatos que justificaram os pedidos de quebra de sigilo feitos pela CPI do Sistema Financeiro, o Supremo Tribunal Federal irá rever as liminares que beneficiaram algumas pessoas que estão sob investigação. A opinião é do presidente em exercício da CPI, senador José Roberto Arruda.

Ele reconheceu que a comissão incorreu em equívoco ao não fundamentar todas as quebras de sigilo, embora contasse com “amplo material para isso”. Esclareceu, porém, que tais informações já foram colocadas à disposição do STF.

PÁGINA 3



Adair José Longuini foi recebido pelo vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson

Juiz apresenta denúncia contra tribunal do Acre

O presidente da Associação dos Magistrados Acreanos, Adair José Longuini, acusou o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Francisco Praça, de cometer arbitrariedades.

PÁGINA 3



Moreira Mendes aponta número crescente de incidentes com passageiros alcoolizados

Moreira Mendes pretende proibir consumo de álcool em aviões

Incidentes em aviões envolvendo passageiros alcoolizados estão cada vez mais frequentes, segundo o senador Moreira Mendes (PFL-RO), que apresentou projeto de lei propondo a proibição da venda e distribuição de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais dentro do território brasileiro, assim como naquelas que se destinem ao país ou dele partam.

Caso o projeto seja aprovado, será ainda admitida a venda de bebidas com baixo teor alcoólico, abaixo de 13° GL, como a cerveja e o vinho, para acompanhamento das refeições, e com o limite de 350 ml por passageiro. Além disso, o projeto prevê a autorização ao comandante da aeronave para realizar testes de alcoolemia, para impedir o acesso de passageiros alcoolizados e para retirar os que já se encontrarem a bordo. Nisso o projeto se estende também às pessoas sob efeito de psicotrópicos, dando os mesmos direitos ao comandante.

As empresas de transporte aéreo poderão recusar-se a vender passagens a pessoas, brasileiras ou estrangeiras, que tenham apresentado comportamento abusivo, causando distúrbios ou agredindo passageiros e tripulantes.

– O projeto de lei visa coibir esses comportamentos e reduzir sua ocorrência pela adoção de um conjunto de estratégias que, ao mesmo tempo em que limitam e regulam o uso e a ingestão de bebidas alcoólicas a bordo de aviões, dão autoridade e atribuição aos comandantes das aeronaves para impedir o acesso e retirar do convívio dos demais passageiros as pessoas alcoolizadas – explicou Moreira Mendes.

ACM prevê que Supremo encontrará solução para CPIs

Encontro realizado no Palácio da Alvorada entre chefes dos três Poderes ajudou a superar impasse entre Legislativo e Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na tarde de ontem confiar em que o Supremo Tribunal Federal (STF), “com os novos argumentos apresentados, estudará uma solução que fortaleça as CPIs do Congresso Nacional”. O comentário foi feito ao analisar a decisão tomada ontem pelo STF, no sentido de negar os agravos apresentados pela CPI do Sistema Financeiro, contra as liminares que bloquearam as quebras de sigilo e a indisponibilidade de bens de personalidades sob investigação.

No entender do senador, a manifestação do STF foi “natural, pois é tradicional a não aceitação de agravos pela instituição”. Antonio Carlos admitiu que “há *démarches*” buscando estabelecer um novo entendimento entre as duas instituições, com relação aos poderes e à forma de atuação das comissões parlamentares de inquérito. Ele previu uma definição em torno da questão até o mês de agosto.

Antonio Carlos acredita que o impasse criado entre as comissões parlamentares de inquérito e o STF, por conta de liminares contra bloqueios de bens e quebras de sigilos (bancário, telefônico e fiscal), é uma questão “com solução bem encaminhada”. Apesar de evitar comentar o resultado do jantar que reuniu até a madrugada de ontem, no Palácio da Alvorada, o presidente e o vice-presidente da República e os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo, ele destacou que o encontro “foi muito bom”.

O senador lembrou que a informação oficial sobre o jantar seria divulgada pela Presidência da República, por meio de uma nota oficial. Antonio Carlos, no entanto, relacionou os assuntos que não foram tratados no encontro: política, reforma ministerial e teto salarial.

A nota divulgada pelo Palácio do Planalto informa que a reunião começou às 22h da quarta-feira e terminou à uma da madrugada de ontem. A comunicação liberada pela Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência registra que “o presidente da República manifesta reconhecimento a todos os que participaram do encontro, o qual se realizou no espírito do mandamento constitucional que estabelece a independência e a harmonia entre os Poderes”.



Antonio Carlos disse que o alcance da mudança ministerial dependerá de Fernando Henrique

Reforma é prerrogativa do presidente, diz senador

A possibilidade de promoção de uma reforma ministerial durante este mês foi definida ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, como uma prerrogativa do presidente da República. “O que acontecer será de acordo com o desejo do presidente”, disse ele. O alcance da reforma, segundo Antonio Carlos, também deverá ser definido pelo Poder Executivo. “Pode ser ampla ou menor, que seria mais racional, já que ele está contente com muitos (*ministros*)”, observou.

O presidente do Senado comentou o quinto aniversário do Plano Real:

– Se o governo fizer uma boa comunicação, certamente o balanço vai apresentar dados positivos em todos os setores. Vale a pena mostrar o que se fez, estado por estado.

Com relação à nota oficial do governo do Rio Grande do Sul, criticando a ida da montadora Ford para a Bahia depois de abandonar o projeto gaúcho, Antonio Carlos observou que “desde 97 o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) oferecia as mesmas condições obtidas hoje pela Ford. Daí por que o então governador gaúcho Antonio Britto conseguiu levar a montadora para o estado. Aí veio o novo governador, com sua política inteligente e agressiva, e proibiu a Ford de se instalar, com grande prejuízo para seu

povo e particularmente para os trabalhadores”.

A Bahia, acrescentou o senador, candidatou-se, a exemplo de outros estados, a receber a fábrica da Ford. O BNDES, por sua vez, estabeleceu que o projeto deveria ser instalado preferencialmente em um estado do Nordeste ou no Espírito Santo, como forma de estimular o desenvolvimento regional.

– O banco ofereceu as mesmas condições que havia dado para o Rio Grande do Sul, e a Ford, depois de analisar a boa situação financeira da Bahia e sua estabilidade política, concluiu que ali seria o melhor local para instalar sua fábrica – destacou.

Antonio Carlos acrescentou que um grande debate no Congresso Nacional, na última terça-feira, “consagrou esse entendimento por ampla maioria e transformou a decisão em uma decisão do povo brasileiro, fora os muxoxos da minoria vencida, visando ao fortalecimento do Nordeste”.

A ida do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) à CPI do Judiciário para esclarecer suas relações com os proprietários da construtora responsável pela obra do fórum trabalhista de primeira instância do Tribunal Regional de São Paulo foi considerada “natural” pelo presidente da Casa, “em função das suspeitas levantadas em relação ao senador, principalmente pela mídia”.

Mozarildo quer limitar transferências ao exterior

Projeto apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) estabelece que as transferências internacionais de recursos por não-residentes (contas CC-5) dependerão de aprovação da Secretaria da Receita Federal (SRF). Na justificativa da proposta, o senador argumenta que a CPI que investiga o sistema financeiro constatou que a não-regulamentação do controle das operações feitas por meio das contas CC-5 tem gerado prejuízos ao erário.

– De 1991 a 1998 escoou pelas contas CC-5 um montante superior a US\$ 80 bilhões, e mais da metade deste valor nos últimos dois anos. Parcela desses recursos tem origem na sonegação fiscal e em atividades ilícitas tipificadas na Lei da Lavagem de Dinheiro, tais como o narcotráfico e o contrabando – denunciou o senador.

De acordo com a proposta, a Receita terá acesso irrestrito ao banco de dados das operações realizadas nas transferências internacionais de recursos pelas contas CC-5 e também será responsável pela manutenção do sigilo transferido pelo Banco Central (BC). Caberá ainda à Receita manter cadastro fiscal permanente das pessoas físicas e jurídicas responsáveis por operações de transferências internacionais de recursos e informar à Polícia Federal, ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras e ao Ministério das Relações Exteriores sobre operações suspeitas que possam envolver os crimes tipificados como lavagem de dinheiro. O BC informará trimestralmente ao Senado Federal os fluxos agregados de movimentação das contas CC-5.

A partir destes procedimentos, busque estabelecer, diz Mozarildo, mecanismo que “garanta a ação tempestiva da Secretaria da Receita Federal, a fim de evitar que o Brasil transforme-se em centro mundial de lavagem de dinheiro”. Para o senador, a lei permitirá a modernização do sistema de controle relacionado aos fluxos financeiros internacionais.



Mozarildo calcula em US\$ 80 bilhões remessas desde 1991

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Arruda confia na revisão das liminares

Nos recursos, CPI adotou nova estratégia: ao invés de contestar ministros do STF, apresentou “justificativas bem fundamentadas” para a quebra de sigilo dos investigados. Com isso, senador espera mudança nas decisões

O presidente em exercício da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem, em entrevista à imprensa, não ter dúvidas de que os ministros do Supremo Tribunal Federal irão rever as liminares concedidas a pessoas que tiveram sigilos bancário, fiscal e telefônico quebrados pela comissão de inquérito.

Explicou que sua convicção está baseada no que ouviu no STF na semana passada, quando se encontrou com o presidente do Supremo, ministro Carlos Velloso, na tentativa de encontrar uma solução para a crise entre o Legislativo e o Judiciário. Arruda se encontrou também com o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, e com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

– Saí desse encontro convencido de que as liminares serão revistas quando os ministros forem apreciar os recursos apresentados pela CPI na última terça-feira. Nos recursos, mudamos toda a estratégia: ao invés de contestar os ministros, concordamos com eles e apresentamos aquilo que pediram, que são justificativas bem fundamentadas para a quebra de sigilo dos investigados – disse Arruda.

Conforme o presidente interino da

CPI, a decisão do STF de recusar, ontem, dois agravos regimentais elaborados pela assessoria jurídica da comissão de inquérito “já era esperada” desde a semana passada, após os encontros que teve no Supremo. “O caminho não era esse”, reconheceu.

A CPI deveria ter fundamentado todas as quebras de sigilo, “pois tinha um amplo material para isso”, obtido durante as investigações, disse o senador. Arruda afirmou que os depoimentos tomados e os resultados de investigações encaminhados pela Polícia Federal e pelo

Ministério Público à CPI contêm provas ou indícios graves contra todas as pessoas investigadas. “Mas tudo isso está nos anais da CPI e ministro de tribunal julga com base naquilo que está no processo. Realmente, os requerimentos de quebra de sigilo aprovados pela comissão não continham nada daquilo que a CPI descobriu”, acrescentou.

José Roberto Arruda espera que ministros do STF revejam algumas das 11 liminares ainda durante o recesso de julho, em seus plantões. “Hoje temos convicção de que em agosto este episódio estará superado e a CPI poderá continuar seus trabalhos normalmente após o recesso”, acrescentou.



“Direito de quebrar sigilo está consagrado”, garante senador

A análise dos despachos dos ministros do STF ao examinar mandados de segurança apresentados por pessoas que tiveram sigilos bancário e fiscal quebrados pela CPI do Sistema Financeiro mostra que “ficou consagrada a tese de que CPI tem o direito de quebrar sigilo de pessoas investigadas”, afirmou o senador José Roberto Arruda.

– Uma análise mais detida dos despachos revela que o fundamental é o reconhecimento deste direito. No geral, os ministros do STF não concordaram com a quebra de sigilo sem justificativa fundamentada e, por isso, concederam as liminares aos investigados – acrescentou.

Já o poder de colocar em indisponibilidade bens de investigados, na opinião do senador, “é um assunto polêmico e que só vai ser resolvido mais tarde”. De qualquer forma, ele acha que, se for mantido pelo Supremo o desbloqueio de bens dos investigados, a CPI do Sistema Financeiro não será prejudicada. “Importante para nossas investigações é o acesso aos sigilos de banco, da Receita e dos telefones.”

Arruda observou ainda que os ministros questionam muito a falta de cuida-



José Roberto Arruda diz que dados obtidos com a quebra do sigilo foram preservados

do do Congresso ao receber documentos sigilosos, pois alguma coisa acaba saindo nos jornais. “Este não foi o caso da CPI do Sistema Financeiro. O que saiu nos jornais do sigilo bancário de Francisco Lopes? Nada”, disse o senador.

A alternativa, que vem sendo estudada pelos assessores do Senado e da Câmara, de colocar o presidente do Congresso como responsável pelos documentos sigilosos obtidos pelas CPIs, tem o apoio de José Roberto Arruda. “Isso reforçaria ainda mais a segurança para impedir vazamentos”, opinou.

Wilson recebe denúncia de arbitrariedade e nepotismo no Acre

O vice-presidente da CPI do Judiciário, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), recebeu ontem, do presidente da Associação dos Magistrados Acreanos, juiz Adair José Longuini, denúncias de arbitrariedades cometidas pelo presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Francisco das Chagas Praça, para impedir a demissão, por acusação de nepotismo, de parentes dos desembargadores, inclusive pessoas de sua família.

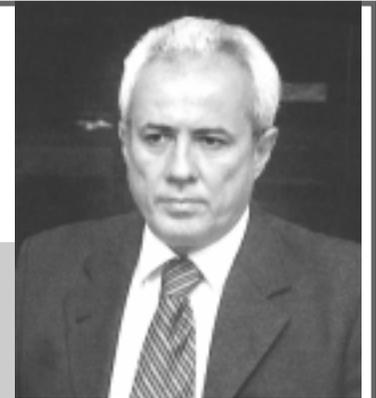
Carlos Wilson disse que, pela importância e qualidade da documentação apresentada, as denúncias serão incluídas no relatório final elaborado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), ainda que não seja possível realizar audiências para investigar o caso. A CPI já recebeu mais de três mil denúncias, e tem prazo de funcionamento até 26 de agosto.

– O nepotismo não é uma praga só no Judiciário; os outros Poderes também precisam se ocupar disso. E a CPI vai incluir em seu relatório uma proposta de tratamento mais rigoroso que viabili-

ze o combate a essa prática e represente o fim da impunidade – afirmou Carlos Wilson.

Da documentação trazida ao Senado pelo juiz Longuini constam: ação do Ministério Público do Acre pedindo a demissão de 23 parentes de seis dos sete desembargadores do TJ; despacho do juiz Raimundo Nonato Maia, da Vara da Fazenda Pública daquele estado, determinando a exoneração desses servidores; mandado de segurança, impetrado pela Associação dos Magistrados Acreanos junto ao Supremo Tribunal Federal, caracterizando como arbitrários atos do presidente do TJ, que não cumpriu a decisão de Maia, e ainda o transferiu, e a outro juiz da mesma Vara, designando um terceiro para reexaminar a ação.

O pedido de liminar dirigido ao Supremo pede a anulação da portaria de afastamento de Maia, alegando que houve transgressão dos princípios constitucionais e também da lei estadual:



Carlos Wilson antecipa que a CPI deverá propor, em seu relatório, medidas contra o nepotismo

– O que se está fazendo no Acre é um tribunal de exceção, porque o presidente do tribunal passa por cima da Constituição e do Direito para intervir em processo no qual ele mesmo é réu – acusou o juiz Longuini.

Três parentes do desembargador Praça, presidente do TJ, estão arrolados na lista dos servidores cuja demissão é pedida na ação pública: a esposa, a filha e o irmão, com salários de R\$ 6.720,00. Os outros desembargadores citados no processo são: Jersey Pacheco Nunes, Miracelle de Souza Lopes Borges, Eva Evangelista de Araújo Souza, Eliezer Mattos Scherer e Ciro Facundo de Almeida (este já tinha demitido a filha e o filho, antes do início da ação; os parentes dos demais desembargadores continuam empregados).



Juízes serão ouvidos após o recesso

Logo após o recesso parlamentar, que vai até 31 de julho, a CPI do Judiciário ouvirá três juízes sobre os quais pesam suspeitas de irregularidades. Deverão prestar depoimentos o juiz José Maria de Mello Porto, que falará sobre denúncias de ilegalidades em licitações e superfaturamento na construção de obras no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro; o juiz Beethoven Giffoni Ferreira, responsável por processos de adoção de menores em Jundiá (SP); e o desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Asdrúbal Vasquez Cruixên, que falará sobre o caso do menor Luiz

Gustavo Nominatto, que teria tido sua herança dilapidada durante o inventário.

Outro ponto que constará dos primeiros depoimentos do semestre é a denúncia de suborno, publicada pela revista *IstoÉ*, envolvendo o juiz da Vara de Falências de Goiânia, Avenir Oliveira. Segundo a revista, o juiz teria recebido cerca de R\$ 1 milhão para favorecer a construtora Encol em seu processo de falência. Comparecerão à CPI os advogados Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Viana Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo Ferreira, que fizeram as denúncias.

Francelino elogia escolha do novo diretor da PF

A indicação do delegado Agílio Monteiro Filho para assumir o cargo de diretor-geral da Polícia Federal foi uma boa opção feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na opinião do senador Francelino Pereira (PFL-MG). “Seu nome está acima dos grupos, pois não pertence a nenhuma vertente político-partidária nem a qualquer das facções que compõem o efetivo daquela corporação”, observou.

Segundo o senador, também não existem registros de que o delegado tenha participado de qualquer ato abusivo dos

direitos dos cidadãos que tenham ficado sob custódia da Polícia Federal de Minas Gerais, onde ingressou em 1979. Em 1981, Agílio ocupou a Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes e, no ano seguinte, foi nomeado titular da Delegacia de Polícia Fazendária. Já foi coordenador Regional Policial e desde 1993 assumiu a função de superintendente Regional naquele estado.

O delegado recebeu diversas medalhas de instituições civis e militares de Minas Gerais, outorgadas pelo governo do estado, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e



Francelino Pereira afirma que novo diretor está acima dos grupos

Exército, o que, para o senador, demonstra a correção com que desempenhou suas atividades. “Agílio Monteiro Filho representa a garantia de que os órgãos do governo responsáveis pela repressão às dro-

gas trabalharão articulados e em estreita cooperação, visando o objetivo maior que é livrar nosso país desse flagelo dos tempos modernos. A direção-geral da corporação está em boas mãos”, afirmou.

Patrocínio pede atenção às fronteiras do país

Senador teme que os 16 mil quilômetros desde o Norte até o Extremo Sul do Brasil se transformem em refúgio para traficantes e contrabandistas, por causa da fragilidade da vigilância

Freire defende produção científica do Nordeste

A afirmação atribuída ao ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, de que investir em pesquisa no Nordeste é "jogar dinheiro fora" mereceu resposta do senador Roberto Freire (PPS-PE), que trouxe a público o repúdio da comunidade científica nordestina. Para o senador, essa é a indignação de quem, sem recursos, mantém pesquisas e o ensino superior da região com alguma qualidade e, em alguns casos, cria centros de excelência.

A declaração do ministro Bresser Pereira foi publicada em sua entrevista ao *Jornal da Ciência*, no último dia 28 de maio. Segundo Freire, o ministro vai além, dizendo que se pode investir em educação, condições sanitárias e extensão tecnológica, mas não em ciência, nem em pesquisa. Isso, argumenta o senador, sem ver que o Nordeste tem, apesar dos poucos recursos, centros produtores de conhecimento que merecem respeito, e que receberam nota máxima da Capes, órgão do Ministério da Educação responsável pela avaliação dos programas de pesquisa e pós-graduação.



Freire: política voltada apenas para investir no eixo Rio-São Paulo

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como citou Freire, desenvolve-se a mais alta tecnologia em *software* do Brasil. Somam-se ainda áreas como Cirurgia, Fitossanidade, História, Letras, Pediatria, Nutrição, Psicologia, Química e Serviço Social, todas com nota A, segundo o senador.

Freire destacou que outras universidades nordestinas, como a UFBA, a UFC e a UFRN, mantêm cursos de pós-graduação com excelente avaliação de órgãos subordinados ao governo federal. Os programas de doutorado da região cresceram 20% entre 1996 e 1997, e o Nordeste responde por 15% da produção de ciência e tecnologia do país, o que, para ele, não é nada desprezível:

— Na verdade, o fato de hoje a produção tecnológica e científica estar concentrada na região Sudeste é somente o resultado de uma política de alocação de recursos eminentemente concentradora, que só tem olhos para o eixo Rio-São Paulo. Não é por falta de bons cérebros no Norte e Nordeste — advertiu Roberto Freire.

As fronteiras brasileiras podem se tornar um "verdadeiro paraíso" para quadrilhas de tráfico de drogas e contrabandistas, que se aproveitam da fragilidade da vigilância dos 16 mil quilômetros de fronteiras desde o Amapá até o Rio Grande do Sul, segundo afirmou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

O senador citou entrevista do ministro extraordinário de Projetos Especiais, Ronaldo Mota Sardenberg, publicada dia 2 de abril no *Jornal do Brasil*, em que ele afirmou que "o Brasil não tem uma política moderna de gerenciamento de suas fronteiras". Para o senador, o fato de "a maior autoridade do governo federal encarregada do assunto" fazer essa constatação é ainda mais preocupante:

— É preciso adotar medidas urgen-



Patrocínio pediu combate ao terrorismo, ao contrabando e ao tráfico de drogas e armas

tes que assegurem estabilidade em nossas áreas fronteiriças, com vigilância eficiente do território, combate ao terrorismo, repressão ao contrabando, ao tráfico de drogas, armas e a outras ati-

vidades do crime organizado, além de reprimir migrações ilegais e proteger nossa economia e o meio ambiente.

Patrocínio pediu apoio a projetos como o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Calha Norte, o Sivam e o Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteiras. São esses projetos, para ele, que promoverão a cooperação entre os estados e municípios, a participação das comunidades locais, para ocupar e defender o território:

— Não podemos ingressar no século XXI desconhecendo nosso território e especialmente nossas fronteiras, nem, tampouco, abdicar da soberania sobre nosso território: tudo isso precisa ser mudado e modernizado — disse Patrocínio.

Alcântara destaca crescimento do Ceará

O estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional como uma das economias que mais crescem no país, a um ritmo de 6,5% ao ano, em proporção duas vezes superior à média nacional. A afirmação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que elogiou a política econômica implementada pelo governador Tasso Jereissati. Segundo Alcântara, o governador sustentou um projeto de industrialização e adotou políticas direcionadas à promoção de mercados através do



Alcântara: Ceará ganhou 426 novas indústrias em 4 anos

apoio às micro, pequenas e médias empresas.

O senador citou matéria da revista *Exame*, na qual se afirma que o Ceará, "com sua receita asiá-

tica de mão-de-obra mais barata, subsídios e vantagens logísticas, tem sido um ímã de indústrias", para explicar o crescimento econômico do estado. Nos últimos quatro anos, 426 indústrias instala-

ram-se no estado, significando um investimento de cerca de US\$ 4,7 bilhões e respondendo por uma geração de 121 mil empregos diretos e 486 mil indiretos. Para Lúcio Alcântara, a gestão de Jereissati assegurou o investimento de cerca de US\$ 3 bilhões em recursos federais, estaduais e internacionais:

— Esse dinheiro está sendo bem empregado. A rede de esgotos está sendo ampliada, a construção da primeira linha do metrô, em marcha, o novo terminal aeroportuário deu um impulso maior ao turismo, setor que gerou US\$ 1,2 milhão em projetos de construção de hotéis e empreendimentos de lazer.

Iris Rezende elogia papel do cooperativismo



Iris: cooperativismo é caminho para estimular o desenvolvimento

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou a relevância do cooperativismo como "grande instrumento para incrementar o desenvolvimento brasileiro e como melhor caminho para criar novas oportunidades de trabalho". Ele saudou, em plenário, a posse da nova diretoria da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), cujo presidente será o deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG). Iris lembrou que o esforço de inúmeros parlamentares possibilitou a sedimentação do cooperativismo no Congresso, e o momento atual tem feito este setor avançar de modo a alavancar as bases de um Brasil mais progressista e moderno.

Estevão lembra 50 anos de sacerdócio de cardeal

Os 50 anos de ordenação sacerdotal do cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, foram lembrados pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que registrou a realização, no Ginásio Nilson Nelson, da solenidade em homenagem ao religioso. Segundo o senador, cerca de dez mil pessoas participaram da cerimônia, durante a qual foram ordenados 27 novos diáconos, agradecendo a Deus "pela oportunidade de convivermos em nossa cidade com este baluarte da fé cristã".

O senador lembrou a trajetória de dom José, desde Ererê, no Ceará, onde nasceu, frisando que suas atividades sempre foram norteadas "pelo compromisso de servir à humanidade por amor a Deus, servindo a Deus por amor à humanidade". Ele destacou a atuação de dom José como professor do Seminário Menor e arcebispo de Teresina e como membro de diversas comissões e conselhos da Igreja Católica, além de sua participação nas conferências de Medellín (68), Puebla (79) e Santo Domingo (92).



Estevão registrou esforço de dom José Freire Falcão em expandir respeito aos direitos humanos

Luiz Estevão mencionou, também, o trabalho desenvolvido por dom José em Brasília, como a duplicação do Seminário Nossa Senhora

de Fátima, a orientação do trabalho do Seminário Redemptoris Mater, a criação da Casa do Clero (que abriga religiosos idosos e doentes) e a instalação do curso superior de Teologia.

Ele ressaltou a preocupação de dom José em expandir o respeito aos direitos humanos e sociais, lembrando a atuação do religioso na coordenação de projetos e atividades da Comissão de Justiça e Paz, que ele próprio criou em Brasília e que é res-

ponsável pela realização anual da Campanha da Fraternidade.

Para Luiz Estevão, o exemplo de dom José, que escolheu como lema de seu apostolado "Servir com Humildade", contribuiu para o aumento das vocações sacerdotais verificado em Brasília nos últimos tempos. "No primeiro ano de dom José na cidade, foram ordenados tão-somente dois padres. Apenas neste ano — jubileu de ouro de seu sacerdócio — já são 27 diáconos, futuros padres", enfatizou.

Lobão homenageia dom José Freire Falcão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) também homenageou dom José Freire Falcão, cardeal-arcebispo de Brasília, pelo seu jubileu de ouro sacerdotal, destacando que o cardeal recebeu os aplausos de católicos de Brasília e de outros recantos do país.

Lobão lembrou o início dos estudos religiosos de dom José aos 12 anos de idade, no Seminário da Prainha, em Fortaleza, mantido pela Congregação dos Padres Lazaristas. O senador destacou que o sacerdote tem sua obra marcada pela ampliação das atividades da Igreja

em benefício dos paroquianos:

— A cada degrau que subiu na hierarquia da Igreja, jamais perdeu a pertinácia com que persegue seus ideais e a simplicidade de atitudes no relacionamento humano, sejam seus interlocutores católicos ou não — acrescentou.

O senador associou-se ao "regozijo que envolveu Brasília" nas comemorações do jubileu de ouro do cardeal-arcebispo dom José Freire Falcão, desejando-lhe uma continuada e profícua administração na liderança da Igreja Católica.



Lobão: cardeal tem obra marcada pela ampliação das atividades em benefício dos paroquianos